

**EM DEFESA DO DISTANCIAMENTO SOCIAL E DE UMA AÇÃO DO MINISTÉRIO DA SAÚDE
PAUTADA NA CIÊNCIA PARA O COMBATE À PANDEMIA DA COVID-19**

Repudiamos veementemente os pronunciamentos do Presidente da República, Jair Bolsonaro, ao negar a gravidade da crise sanitária instalada pela pandemia da COVID-19.

É com enorme preocupação que assistimos à falta de sincronia entre dirigentes da nação diante da gravidade do cenário nacional e mundial.

O Presidente da República, ao aventar a suspensão das medidas de distanciamento social por estados e municípios, vai na contramão das acertadas políticas das autoridades sanitárias do país, pondo em risco a saúde da população

Posicionamo-nos favoráveis ao distanciamento social preconizado neste momento de agravamento da epidemia e das crises secundárias a ela.

Desde o início, a equipe do Ministério da Saúde pautou suas ações pelo que determina a ciência e pelo conhecimento já acumulado na resposta mundial à pandemia. Não é hora de mudar esta atitude.

Além de negar a necessidade do distanciamento social, o Presidente tem atribuído, de forma irresponsável, equivocada relevância a um suposto tratamento com base na cloroquina, tratamento sem comprovação de eficácia robusta até o presente momento. Investimento em vidas individuais deve ser fortalecido através da expansão da capacidade hospitalar com suporte de respiração assistida, entre outras medidas.

Como estamos diante de um vírus com altíssima capacidade de propagação, são imperativas e insubstituíveis, no momento, as estratégias de distanciamento social, no sentido de minimizar a sobrecarga dos hospitais.

O sistema de saúde entrará em colapso em curto espaço de tempo, se permitirmos a rápida disseminação do vírus, o que levaria a um grande número de casos graves.

A aritmética é simples, porém dramática: a existência de muitos pacientes graves ao mesmo tempo implica menor capacidade de tratamento e, portanto, maior número de mortes.

Razões econômicas, por mais impactantes que sejam, não podem ser contrapostas a razões sanitárias.

Por fim, defendemos:

1. a urgência de fortalecimento do Sistema Único de Saúde, com o aporte necessário de recursos;
2. a adoção de medidas de prevenção e estabelecimento dos fluxos de atendimento aos expressivos contingentes populacionais altamente vulneráveis que incluem moradores de rua, cortiços, favelas e comunidades e desabrigados nos grandes centros urbanos;
3. a adaptação da indústria, para que sejam produzidos no tempo mais curto possível insumos e equipamentos necessários;
4. a adoção de uma política de seguridade social para aqueles afetados pela pandemia, de forma a contrapor a ideia de que a manutenção da atividade econômica é a única saída para minimizar o impacto das medidas de distanciamento;
5. a proteção à renda e ao emprego, para que as pessoas que trabalham em áreas não essenciais possam permanecer em casa.

Departamento de Medicina Preventiva, Faculdade de Medicina, Universidade de São Paulo.

São Paulo, 25 de março de 2020.